

Nas texturas da terra: movimentos e práticas conhecimento entre os quilombolas do Vale do Ribeira

Alessandra Regina Santos¹

Resumo: Nesse trabalho proponho refletir como o processo jurídico-burocrático de autorreconhecimento quilombola se constitui a partir da interseção de saberes e lógicas distintas de percepção do tempo e do espaço. Com base em uma experiência etnográfica entre os moradores de Pedro Cubas, um “Remanescente de Quilombo” situado no Vale do Ribeira (SP), e nas peças técnicas que compõem o procedimento de demarcação de suas terras, busco descrever de que maneira esse encontro entre tecnologias e técnicas sensíveis de percepção espacial toma forma e é estabilizado nos documentos. Argumento que o que os habitantes de Pedro Cubas oferecem como trilha para se pensar não se curva à acomodação do tempo linear, do território como superfície ou da genealogia, tal como descrevem os documentos oficiais. Mas que no ato de fabricar fronteiras e estabelecer direitos territoriais, esse modo singular de organizar o mundo, que é acionado por antropólogos, historiadores, cartógrafos e agrimensores; também opera em seus quintais, no movimento que potencializa a luta pelo território. O presente texto propõe, assim, pensar tanto nas imbricações dessas distintas lógicas, quanto nos processos de estabilização, a partir de um exercício de escrita antropológica que opere torções, comparações e contrastes entre os distintos materiais etnográficos.

Palavras-Chave: práticas de conhecimento; movimento; técnica; quilombolas; Vale do Ribeira

Introdução

Rio Ribeira acima, a certa altura de sua margem direita, a qual se faz a travessia, é possível avistar a estrada de terra sinuosa que nos conduz à pequena Vila de Santa Catarina, localidade povoada por famílias negras, antigos habitantes dessa região. A Vila de Santa Catarina é compreendida por uma localidade mais ampla, referida por seus moradores, ora como bairro, ora como *comunidade de Pedro*

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. Email: alessandrasantos.regina@gmail.com.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

*Cubas*². Ao longo de uma teia de águas formada pelos afluentes do rio Ribeira, estabeleceram-se esses *lavradores*, formando pequenos núcleos familiares interligados por trilhas.

Entre os anos de 1998 e 2000, os moradores de Pedro Cubas vêm experimentando os efeitos do processo jurídico-burocrático do autorreconhecimento quilombola. Um dos desdobramentos desse processo foi a divisão da área reivindicada pelo grupo em dois núcleos distintos: *Pedro Cubas de Cima* e *Pedro Cubas de Baixo*³.

Embora estudos acadêmicos, relatórios antropológicos e peças técnicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), itere e reitere a existência jurídica de dois “Remanescentes de Quilombos”, suas lideranças fazem-nos saber, de antemão, que *Pedro Cubas é uma coisa só*. Essa explicação foi recorrente em diversas conversas com os moradores de Pedro Cubas, durante o período em que convivi com algumas de suas famílias, por ocasião de minha pesquisa de mestrado⁴.

O texto que se segue, de certa forma, recompõe os percursos que percorri para apreender os sentidos desses diálogos, bem como um esforço em apreender aquilo que em campo parecia delinear o encontro entre duas razões: uma que caminha com as almas, desenha e redesenha a paisagem, ao longo das estações, rituais e procissões; outro que georreferencia, constrói diagramas, classifica paisagens e garante direitos territoriais.

A primeira refere-se à lógica de experimentação do espaço dos moradores de Pedro Cubas, meus interlocutores quilombolas, os quais se reconhecem como sendo *gente da terra*. Entre seus habitantes, como procurei demonstrar, as relações que iluminam e dão sentido ao tempo e ao espaço (BRIGHTMAN, 2012) estão implicadas em seu caminhar, no entremear de suas casas, matas e roçados; na duração das atividades constitutivas da habitação, nos laços de reciprocidade tecidos nos puxirões, nas texturas da terra, na lógica de circulação por todo o território que confirma alianças

² Utilizo a grafia em itálico como sinalização para os termos enunciados por meus interlocutores em campo; e para as citações bibliográficas, opto pela grafia com aspas duplas. Como forma de assegurar o anonimato de meus interlocutores em campo, os nomes de pessoas físicas foram substituídos.

³ Os habitantes de Pedro Cubas vivem ao longo de tributários do rio Ribeira, no município de Eldorado, na região do Vale do Ribeira, extremo sul do Estado de São Paulo. O território reivindicado por seus habitantes foi parcialmente reconhecido e titulado pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) como *Remanescente de Comunidade de Quilombo* no ano de 2007. A porção restante, conhecida como Pedro Cubas de Cima, aguarda regularização e titulação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁴ Os dados e reflexões apresentadas nesse trabalho são parte da pesquisa que deu origem a minha dissertação de mestrado (SANTOS, 2014), defendida no PPGAS- UFSCar. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2010 e 2013, ao longo de três meses de trabalho de campo contínuo.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

como forma de defesa dele. Movimento que se repete e é atualizado quando as pessoas pisam o chão de terra e atravessam os rios, enquanto caminham com as almas, com os seres subaquáticos (gente da água) e com os técnicos do INCRA.

A outra se refere a pessoas que fazem uso de uma certa razão estatal - como os cartógrafos, agrimensores, antropólogos e cientistas sociais -, as quais chamei de “gente dos papéis”. Pessoas com as quais os habitantes de Pedro Cubas tecem alianças, em seus quitais, em seus caminhos, para poder, frente ao Estado, garantir a sua terra. Argumento que para a gente dos papéis, a experiência sensível do caminhar também está implicada em suas práticas, percepções e modos de conhecer; mas cujo “pensar sobre o mundo” envolve compartimentar paisagens, classificar e estabelecer padrões de usos da terra (com base em seus usos econômicos e políticos), localizar limites e confrontações, definir pertencimentos e traçar cadeias de ligações genealógicas. Um processo de composição de mundo que converte o movimento em intervalos, a duração em instantes sucessivos, que traduz a experiência local e particular do “ser no mundo” em “visão panorâmica” (INGOLD, 2000), perspectiva a partir da qual se obtém o território visto do alto.

Nessa elaboração, proponho explorar como o processo o jurídico-burocrático de autorreconhecimento de Pedro Cubas se constitui a partir da interseção entre esses modos distintos modos de ver e produzir conhecimentos. Com base em meus dados de campo e nas Peças Técnicas referentes a esse processo (mapas de levantamento planimétrico, croquis de uso e ocupação, memoriais descritivos e relatórios antropológicos), busco delinear de que maneira esse encontro entre tecnologias e técnicas sensíveis de percepção espacial toma forma e é estabilizado nos documentos.

Em meio a esses procedimentos, a produção antropológica ora se aproxima do campo de conhecimento cartográfico, quando indica que os fundamentos da ocupação e territorialidade quilombola devam ser lidos por meio de uma concepção abstrata e substancialista da terra e das relações que nela se promulgam, ora se realiza numa abordagem mais consoante às práticas e concepções quilombolas, ao buscar descrever e trazer à tona um modo de existir nessas localidades, que se organiza em torno de percepções singulares sobre caminhos, trajetos e roçados que orientam relações e a luta permanente dessas populações pela manutenção de suas terras.

Nos procedimentos de identificação e delimitação, sob a tentativa de tradução, as práticas relacionadas às percepções espaciais dos habitantes de Pedro Cubas são descritas por antropólogos e cientistas sociais a partir de parâmetros conceituais definidos em normativas editadas pelo INCRA,

instrumento que regulamenta a confecção dos Relatórios Antropológicos, dentre outras peças técnicas demandadas no procedimento de titulação coletiva de um território quilombola – cujas definições apontaram para uma forma de ocupação territorial associada a concepções cartesianas e econômicas do território⁵.

No entanto, é importante enfatizar que a insistência analítica nessa distinção não tem como intuito desqualificar os saberes técnicos que se realizam sob demanda administrativa. Tampouco se pretende negar que entre essas razões e modos de conhecer haja mesmo uma interpenetração constante. A importância em explicitar esse contraste é demonstrar que, sendo distintos, é a partir do encontro entre esses modos conhecer e promulgar o mundo que o território de Pedro Cubas se torna reconhecível aos olhos do Estado. E isso é fundamental, pois a garantia da permanência das populações quilombolas em suas terras permite que seus habitantes continuem a se deslocar, para firmar seu compromisso contínuo com a terra, com seus antepassados e com suas famílias.

O exercício aqui proposto é tornar visível o modo como determinadas práticas e acepções de tempo e espaço são operadas no processo de composição das peças técnicas que permitem o reconhecimento jurídico de um território quilombola. O presente texto propõe, assim, pensar tanto nas imbricações dessas práticas, quanto em seus processos de estabilização em artefatos- documentos, a partir de um exercício de escrita antropológica que opere torções, comparações e contrastes entre distintos materiais etnográficos. Seguir a estratégica etnográfica do contraste permitiu mostrar as tensões, equívocos, embates conceituais e acordos que emergem do encontro pragmático entre esses modos distintos de ver, conhecer a mapear o mundo.

Fazer a roça no sistema dos antigos

É na experiência do caminhar e no compromisso contínuo com terra que a existência dos habitantes de Pedro Cubas se promulga e se entrelaça ao lugar que vivenciam. Em um contexto

⁵ A acepção de território acionada neste texto remete à categoria mobilizada no contexto dos processos de identificação e reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas. Embora o conceito de território também se constitua como objeto de reflexão de meus interlocutores quilombolas, sendo acionado por suas lideranças no âmbito de suas lutas, espaços de disputa e negociações políticas; não é em torno dessas mobilizações conceituais locais que as reflexões aqui propostas estão colocadas. Neste texto, interessa-me pensar, comparar e contrastar tecnologias e técnicas sensíveis de percepção do tempo e do espaço.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

marcado pelo contínuo ir e vir de seus habitantes por entre as *trilhas dos antigos*, as roças, e seus espaços complementares (quintais, terreiros, matas, rios e caminhos), emergem como domínio central em torno do qual os moradores de Pedro Cubas se relacionam, produzem conhecimentos e lutam pela permanência em suas terras.

Como em outras localidades quilombolas do Vale do Ribeira, em Pedro Cubas *fazer a roça* no *sistema dos antigos* é um tema importante para os moradores. Fazer a roça, para estas populações, envolve ciclos de deslocamentos, técnicas sensíveis de manejo e conhecimentos específicos relacionados a formas de perceber, identificar e classificar os diferentes espaços de cultivo. Esses conhecimentos orientam as decisões sobre o *tipo de plantar e de colher* nestes espaços e estão interligados a maneira como os quilombolas de Pedro Cubas pensam e estabelecem relações com os múltiplos seres que habitam esses ambientes.

Os mais antigos moradores usam o termo *capuava* para se referirem às áreas de plantio distantes das casas habitadas por suas famílias. *É lugar que se trabalha longe*. A longa permanência de seus habitantes nos espaços que compreendem suas capuavas, roças e roçados ou na própria mata, muitas vezes, torna inviável o retorno diário às suas casas. Assim, moradias provisórias são edificadas para que possam dormir e estocar os alimentos produzidos. Tais edificações são designadas por *paiol* ou *tarimba*. Ao final de um ciclo de trabalho, que poderia durar dias ou semanas, os moradores voltam para a suas casas, próximas à Vila de Santa Catarina.

Uma característica marcante das casas em Pedro Cubas é a sua transformação contínua, do ponto de vista de sua composição material e sua disposição espacial, ao longo do tempo. As cozinhas, construídas ao lado da estrutura principal, quase sempre estão voltadas para os *quintais*, onde são cultivadas determinadas ervas e pés de fruta. De tempos em tempos são reconstruídas e deslocadas. Esse deslocamento das moradas circunscreve-se a uma área, chamada por seus moradores de *terreno* ou *sítio*, cujo sistema de posse e gestão é familiar.

Na constituição dessas múltiplas práticas e trajetos diários, as moradas em Pedro Cubas constituem uma referência de permanência para a experiência familiar cotidiana, ao passo que a roça, um domínio em contínuo movimento. O modo como esses “espaços” são constituídos, pensados e vivenciados permitem apontar como os quilombolas de Pedro Cubas, à sua maneira, desenham continuidades e descontinuidades, nem sempre visíveis, entre os distintos lugares.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Como as pessoas, as roças também se deslocam na paisagem, de acordo com uma temporalidade específica. A permanência de uma roça num mesmo “lugar” ao longo de um ciclo de cultivos pode durar até dois anos. Embora estejam em constante movimento e sendo continuamente refeitas, as roças podem ser transmitidas pelas famílias, ao longo das gerações. Uma mesma família pode ter roças e capuavas em diferentes localidades. As roças de arroz, do milho e feijão são os tipos mais encontrados nestes espaços de cultivo e demandam formas coletivas de trabalho, chamadas localmente de *puxirões*⁶. Puxirão é o termo utilizado pelos habitantes de Pedro Cubas para se referirem ao trabalho conjunto de moradores em torno de atividades como a *roçada* (abertura de grandes áreas para as roças), o plantio, a colheita e a *quebragem*. Os puxirões podem envolver algumas famílias ou toda a localidade e são organizados pelo *dono do puxirão*. Ao final de um dia de trabalho, o dono do puxirão é o responsável por fornecer a alimentação. *No puxirão, o almoço é o pagamento. Se for o dia todo, é baile.*

O que determina a abertura de uma capuava é *o tipo de plantar e de colher*. São denominados *capoeirão* a mata virgem derrubada pela primeira vez para abertura do roçado; *capoeira*, a roça *encapoeirada* pela mata e que será limpa e utilizada pela segunda vez; *capoeira fina ou capoeirinha fina*, a roça aberta pela terceira vez; e *tiguera* a roça utilizada com frequência para o plantio. Ao explicar-me como reconhecer um bom solo para se plantar, Sr. Sebastião enfatiza que para identificar uma *terra boa* para o cultivo é preciso perceber sua textura, seu cheiro e a presença de determinados seres.

Pegue um punhado de terra nas mãos e amasse: se a terra sair pelas mãos é porque ela não está firme, se não encontrar minhoca e não sentir seu cheiro, não está boa para plantio. Se estiver boa: retire um pouco da terra, faça um berço, coloque esterco, depois o palmito e jogue o capim por cima. Não pode colocar o capim por baixo para não azedar. Em alguns dias, retorna-se ao local para roçar a plantação. Quem trabalha no sistema dos antigos não precisa jogar veneno. Mas os outros agricultores não gostam desse sistema, jogam o veneno e com isso matam também o palmito (Explicações de Sr. Sebastião anotadas em caderno de campo).

A descrição do Sr. Sebastião aponta para algumas das características observadas em uma boa

⁶ Os puxirões também são organizados para barrear paredes de casas de pau-a-pique e varação de canoas.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

terra para o plantio. Nesse processo de identificação, diversas outras variáveis são consideradas, como o tipo de plantas e seres que habitam aquele “ambiente”. Uma boa roça para o plantio do arroz, desse modo, levará em conta a umidade do solo e da vegetação, e para o milho, os indicativos serão as árvores guapuruvu, a figueira e a guararema.

No entanto, *fazer a roça no sistema dos antigos* é também compreender que *há uma época pra tudo*. O tempo de *roçar o mato miúdo* (junho), o tempo da *derrubada da mata* (agosto) e o *tempo da queimada* (quinze dias após a derrubada). Essa dinâmica espacial e temporal está relacionada aos preparativos que antecedem o *tempo das chuvas*. De modo semelhante, o tempo de plantio ocorre nos *meses que não tem “r”* e em lua minguante, para que a semente demore a crescer, e as colheitas ocorram entre os meses de abril e maio. *Quando o tempo das chuvas não vinha, os antigos, que eram muito religiosos, faziam penitência*.

Aqui em Pedro Cubas quando fica um tempo sem chover, o pessoal chama de seca. Como os antigos eram muito religiosos, faziam a penitência. Os antigos iam até a barra do Ribeira descalços. Chegavam numa baixada, lavavam os pés na água do Ribeira e colocavam seus tamancos para entrar na igreja. Daqui levavam a imagem de Santa Cruz, Santa Luzia e Santa Catarina até a Barra. E de lá, da Igrejinha do Batatal, traziam outro Santo que ficava aqui na igreja de Pedro Cubas (Dona Ana).

Verificamos aqui, que quando o entremear entre suas casas e roçados cessa, os habitantes de Pedro Cubas tornam a se deslocar na forma da penitência, confirmando o vínculo que estabelecem com a terra e entre si. O que apreendi através do relato de Dona Ana e, de maneira geral, das narrativas acionadas por outros moradores enquanto explicavam-me sobre o modo de *fazer roça no sistema dos antigos*, foi que é na experiência do caminhar e no compromisso contínuo com a terra – nos cuidados diários que a cercam, no modo como se reúnem para cultivar e celebrar, na maneira como pensam e se relacionam com as sementes, árvores e outros seres que habitam o ambiente; bem como na compreensão dos processos temporais implicados nestas relações - que a existência dos habitantes de Pedro Cubas se promulga e se entrelaça a paisagem que vivenciam.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Essa forma singular de “estar no mundo” se promulga quando ao menos três gerações diferentes deslocam-se para as *capuavas* para derrubar milho - *milho forte, pois é semente dos antigos* -; quando os pais ensinam sobre processos de construção e barreamento de uma casa aos filhos que acabaram de retornar para suas terras, por não terem encontrado vida melhor longe de suas famílias; e quando estes mesmos filhos, apoiados em experiências anteriores e apostando no futuro, insistem para que seus filhos e netos permaneçam *na terra*, junto a suas famílias. Nesse processo de constituição de suas roças e de suas moradas, nos trajetos sinuosos por entre matas e rios, os habitantes de Pedro Cubas, à sua maneira, conectam passado e presente, e jamais deixam de imaginar um futuro onde suas existências estejam inscritas. Existir, para estas populações, é uma luta permanente e que persegue também a manutenção de suas terras, de seu modo de viver e de produzir conhecimento.

A Luta pela Terra

Em um contexto marcado pelo contínuo ir e vir dos moradores de Pedro Cubas, outros agentes circulam e atuam em seu território. O acirramento dos conflitos entre os habitantes de Pedro Cubas e fazendeiros da região, nas décadas de 70 e 80, e a insegurança desse período, levou a um processo de deslocamento de sua população, principalmente os mais jovens, em direção a cidades como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Sorocaba. Esta foi a trajetória de algumas das atuais lideranças de Pedro Cubas. Partiram jovens, casaram-se, trabalharam, alguns estudaram e reconstruíram suas vidas nessas grandes cidades. A partir do final da década de 1990, há uma inversão desse fluxo de deslocamentos, e o retorno de algumas famílias, em razão das mudanças nas legislações de regularização fundiária que permitiram avançar nos processos de demarcações e efetivação dos direitos territoriais quilombolas. Apesar da longa permanência *fora*, as famílias que retornaram são reconectadas aos núcleos familiares que ficaram.

Estes moradores, ao retornarem, trazem consigo um saber, esse sim exógeno, que irá ajudá-los a compor suas Associações locais⁷. Esse retorno imprime um novo movimento e uma nova forma

⁷ Essas pessoas, futuras lideranças de Pedro Cubas, ao retornarem no fim dos anos noventa trazem consigo experiências advindas de um período de grandes dificuldades vividas nas periferias e favelas em que moraram. Situações de



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

engajamento dos habitantes de Pedro Cubas, que a partir de então passam a circular em espaços de diálogo e disputa política em torno da regulamentação e titulação de suas terras junto aos órgãos estatais. Essa movimentação tem por efeito a aproximação das lideranças de Pedro Cubas de organização políticas locais como o Movimento dos Ameaçados por Barragens/ Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras, principal *parceiro* das lutas quilombolas na cidade de Eldorado e na região do Vale do Ribeira. A abertura das primeiras associações de moradores das “comunidades negras” do Vale do Ribeira é resultado dessa aliança entre quilombolas e o MOAB/EAACONE. A fundação das Associações Quilombolas (oficiais) ocorre logo em seguida, com a chegada e atuação de outros agentes no Vale do Ribeira, como os antropólogos do Ministério Público Federal e os técnicos do Instituto de Terra de São Paulo (ITESP). É a partir dos inúmeros encontros com essa diversidade de atores que chegam até Eldorado, e junto aos moradores de Pedro Cubas passam a caminhar, em seus quintais e entre seus roçados; e a circulação das lideranças locais em torno de espaços políticos como reuniões, audiências e manifestações em Eldorado, São Paulo e Brasília, que a *luta pela terra* entre os quilombolas do Vale do Ribeira, começa a ser construída.

O território reivindicado pelos habitantes de Pedro Cubas começou a ser regularizado no final dos anos 1990 e foi parcialmente titulado no início da década de 2000. Esse foi um período de muitas conquistas para as populações quilombolas do Vale do Ribeira. As demarcações seguem paralisadas e ameaçadas, diante da atual conjuntura da política quilombola. Pedro Cubas de cima aguarda a titulação. No período em que estive em campo, não pude acompanhar o trabalho desenvolvido pelos técnicos do ITESP junto às comunidades ainda não demarcadas, não obstante, frequentemente os encontrava nas reuniões, festas, eventos importantes em que as diversas lideranças quilombolas o Vale do Ribeira estavam presentes. Em Pedro Cubas esse encontro ocorre durante o caminhar da Recomendação das Almas, ritual realizado na noite de sexta-feira santa, em que os habitantes de Pedro Cubas percorrem uma antiga estrada de terra que liga a Vila de Santa Catarina ao cemitério, nas margens do Rio Ribeira, onde seus antepassados foram enterrados. Esse modo singular dos habitantes

vulnerabilidade advindas da condição de subempregados que lhes possibilitaram uma importante compreensão quanto ao cenário político no qual estavam inseridos e as transformações políticas em curso no país. É importante destacar que nesse período, entre final da década de setenta e início da década de oitenta, impulsionados pela crise de uma ditadura civil-militar que assolava o país, ocorrem as grandes greves operárias, a emergência de um partido de massas (Partido dos Trabalhadores), a reorganização de movimentos sindicais (Central Única dos Trabalhadores), entidades estudantis (União Nacional Estudantil), movimentos populares urbanos (dentre muitos, destaca-se o Movimento Negro Unificado, em 1978) e rurais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

de Pedro Cubas mover-se no mundo – um mundo no qual se caminha com as almas, com seres subaquáticos e com agentes do INCRA – é um dos momentos no qual se dá o encontro entre a gente da terra e a gente dos papéis. Há outros: nas reuniões de suas associações e entidades representativas com órgãos fundiários, nas visitas de campo de equipes de técnicos e pesquisadores das universidades. Trata-se de um movimento que as lideranças de Pedro Cubas passaram a compor junto a pessoas que fazem uso de uma certa lógica estatal, como geógrafos, agrônomos, agrimensores, engenheiros cartográficos e cientistas sociais.

Peças técnicas

Desde o final da década de 1980, intensos debates políticos, sociais, acadêmicos e jurídicos produziram importantes contribuições para a formulação e redefinição dos dispositivos constitucionais e normativas que regulamentaram o processo de reconhecimento e demarcação dos territórios quilombolas⁸ (ALMEIDA, 2008; ARRUTI, 1997, 2006; CHAGAS 2001; LEITE, 2000; O'DWYER 1995, 2002, 2010). Neste contexto, são diversas as instâncias governamentais, os saberes-técnicos, e documentos mobilizados na composição das distintas *fases* que constituem esse tipo de processo jurídico-administrativo.

No Vale do Ribeira (SP), a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), é o órgão fundiário responsável pela confecção dos Relatórios Técnico-Científicos concernentes aos procedimentos de reconhecimento de remanescentes de quilombos situados no Estado de São Paulo. A elaboração de um RTC envolve a circulação de diversos técnicos em Eldorado, visando a confecção de relatórios antropológicos, levantamentos fundiários, plantas e memoriais descritivos, cadastros de famílias, levantamentos de áreas sobrepostas, mapas e pareceres conclusivos. Esses documentos, por sua vez, também transitam por um emaranhado de instituições conectadas entre si.

Esse “circuito burocrático-institucional” (MARAWSKA VIANNA, 2014) se inicia com a solicitação para abertura do processo de titulação de um território quilombola junto ao INCRA, por

⁸ Segundo o Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988, p. 155). Atualmente, o processo de regularização fundiária de um Remanescente de Quilombo – o qual envolve os procedimentos de identificação reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração e titulação coletiva – é regulamentado pelo Decreto Federal 4.887/2007 e pela Instrução Normativa do INCRA – IN57.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

meio de um requerimento (oral ou escrito), encaminhado por uma associação quilombola legalmente constituída, ou outras entidades e pessoas interessadas. A caracterização de um Remanescente de Quilombo ocorre mediante autodefinição, a qual será certificada pela Fundação Cultural Palmares, por meio da emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidade de Quilombo (Art. 3º IN 57/2009).

A segunda fase deste processo corresponde à identificação e delimitação das terras ocupadas por Remanescente de Quilombo, o qual se fará a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir dos estudos técnicos, científicos e antropológicos, que irão compor as peças técnicas que compõem os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). A abertura dos procedimentos para a elaboração do RTID efetua-se na constituição de um Grupo de Trabalho composto por uma equipe multidisciplinar de técnicos nomeados pela Superintendência Regional do INCRA que, a partir de reuniões previamente realizadas com a comunidade reivindicante para apresentação dos procedimentos adotados, dará início ao estudo de área visando a confecção das peças técnicas. Essas equipes são compostas por engenheiros cartógrafos, técnicos ou engenheiros agrimensores, antropólogos, cientistas sociais, sociólogos, geógrafos, historiadores, agrônomos, engenheiros ambientais, dentre outros profissionais.

De modo simplificado, o objetivo geral de um RTID é a construção de proposta de perímetro que será apresentada em reunião com as populações do Remanescente de Quilombo objeto da demarcação. Esta apresentação/proposta ocorre diante um mapa. Em caso de recusa pelo grupo, o RTID tem de ser refeito. Em caso de aceite, o RTID seguirá para análise do Comitê de Decisão Regional do INCRA, que por sua vez o encaminhará à Superintendência Regional, a qual caberá a publicação do RTID em Diário Oficial da União, Diário Oficial da Unidade Federativa.

As fases do processo administrativo de reconhecimento e regularização fundiária de um território quilombola, sua divisão em distintas etapas, implicam uma sequência de eventos, com seus respectivos prazos de tramitação e execução, organização e produção de conhecimento. Aqui o “tempo certo” depende da produção de documentos anteriores, das aprovações e contestações destes documentos, da composição da equipe técnica com as quais as populações quilombolas se deparam quando há “visitas a campo”. Sem a constituição da pessoa física quilombola, comprovada por papel, não se tem a fase seguinte (MORAWSKA VIANNA, 2014). Não é a terra que se segura e se deixa escorrer pelos dedos para perceber se está boa para o plantio, é a capacidade de coletar assinaturas,

carimbos, em instâncias específicas.

No mundo da “gente dos papéis”, as pessoas circulam na medida em que os papéis circulam. A visita de um antropólogo gerará uma peça técnica (o Relatório Antropológico) que inaugurará a etapa seguinte, com a visita do técnico agrimensor e o engenheiro cartográfico. Estas gerarão ainda outras peças técnicas, o Memorial Descritivo e o Levantamento Topográfico. Em outras palavras: a circulação de técnicos peritos e a mobilização de determinados saberes, gerarão documentos que inaugurarão mais uma fase, que por sua vez mobilizará outros técnicos.

As roças “vistas do alto”

As roças apontam para aspectos centrais da lógica local de experimentação do espaço entre os habitantes de Pedro Cubas. Modos de conhecer, perceber e vivenciar que não se reduzem às esferas de produção, consumo e comercialização apenas. Contudo, como veremos, o espaço compreendido pelas roças é também um dos principais elementos representados nas peças técnicas dos Relatórios de Identificação (RTID). Concebidos como uma esfera da “economia tradicional”, os diferentes espaços abrangidos pelas roças foram enfatizados nos mapeamentos como elementos fixos de uma unidade de paisagem homogênea. Nos mapas oficiais (sempre em escala 1:25.000), o território de Pedro Cubas emerge sob a perspectiva de seus usos e finalidades. A imagem evocada é a de uma dinâmica territorial que se realiza em círculos concêntricos.

VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

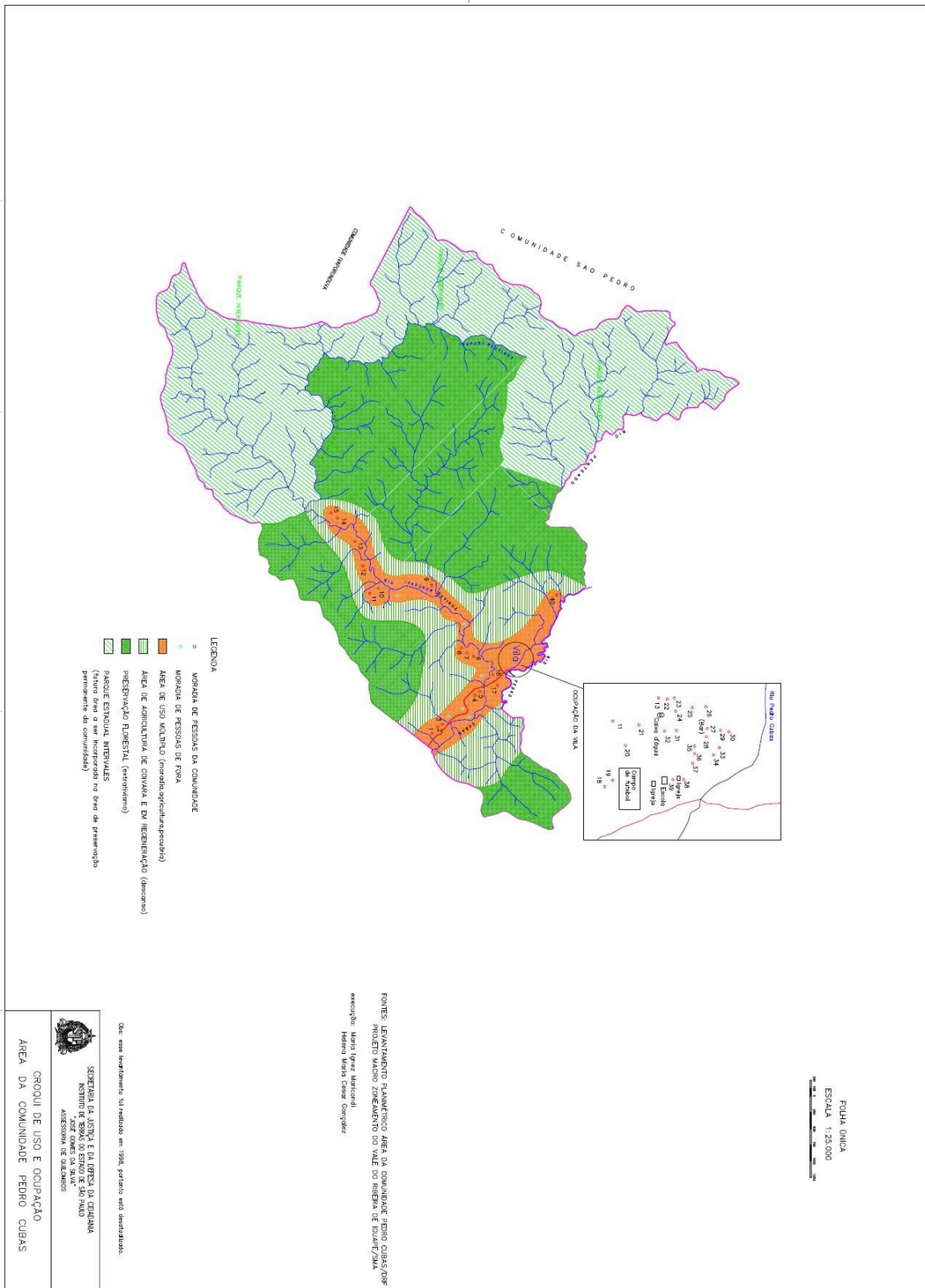


Figura 1 Croqui: “Uso e Ocupação da Área da Comunidade de Pedro Cubas” (ITESP, 1998).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Seguindo os mapas que compõem as peças técnicas do processo de titulação de Pedro Cubas, a primeira questão que desponta refere-se ao conjunto de elementos representados pelas áreas discriminadas no mapeamento estatal, a relação entre elas sugerida e por elas circunscritas. Como um conjunto de recursos naturais inertes e indiferenciados, o ambiente aqui descrito só adquire contornos sob a ação humana, cujas práticas cotidianas se produzem como inscrições culturais sob um pano de fundo natural. Assim, num gradiente máximo de ocupação, encontrar-se-iam as moradias ou habitações e seus respectivos quintais, como referência geográfica para o espaço ocupado pelas famílias e o convívio entre elas; as roças de coivara, como um domínio em que a presença e a atividade humana é menos perene e intensiva; em seguida, as áreas reservadas ao extrativismo; e por fim, o domínio das matas, em gradientes decrescentes em que as experiências humanas deixam de estar implicadas.

Se por um lado a abordagem antropológica, numa tentativa de aproximação das experiências espaciais dos moradores de Pedro Cubas, tende a tornar mais abrangente a noção de *práticas tradicionais de manejo* como um conjunto de habilidades e conhecimento locais, por outro, este envolvimento é identificado no interior desse processo como uma estratégia adaptativa, cuja finalidade última é a sobrevivência e reprodução do grupo. Nesse tipo de abordagem, a lógica territorial dos grupos locais passa a ser expressa em termos de uma perspectiva preservacionista de adaptação aos ciclos da natureza e *condição de sua continuidade como grupo social* (ITESP, 1998, p.24). Aqui, a percepção de um ambiente provedor ganha força, na medida em que apreende as experiências e concepções espaciais locais como estratégias de sobrevivência, num processo de tornarem-se camponeses (CARDOSO, 2013).

Na produção de dados espaciais compatíveis à linguagem do reconhecimento do direito a terra, o território é enunciado como um suporte físico autônomo, *imprescindível à reprodução física e cultural* de seus ocupantes. Para que essa relação possa ser comprovada, a narrativa que emerge das peças técnicas articula e sobrepõe uma série de informações associada a uma racionalidade que é exterior à dinâmica de relações que a configura.

Assim, ainda que dentre os elementos abarcados pelo olhar dos pesquisadores, aspectos das práticas de conhecimento locais sejam explicitadas – como a habilidade de seus moradores em distinguir um trecho de vegetação da Mata Atlântica, levando-se em conta o tamanho e cor de suas folhagens e as espécies que a circundam- estas experiências e percepções são frequentemente lidas e



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

apreendidas sob termos que se afastam das construções nativas, como as noções de eficácia produtiva e custo ambiental, por exemplo. O modelo de organização espacial apresentado pelas peças técnicas fragmenta o território em áreas físicas fixas, unidades da paisagem, de acordo com as diferentes práticas produtivas e padrões de usos da terra. Nesse sentido, a identificação da espécie de cultivo, os recursos disponíveis ou o modo como estes elementos são manejados em uma determinada área são informações importantes, porém, não suficientes para determinarmos a maneira como estes ambientes são vivenciados e apropriados pelos grupos. Não se trata de estabelecer o tipo de atividade a eles relacionada, mas antes, explorar o que podem informar sobre as formas específicas de perceber, conceber e experienciar o mundo dessas populações.

Em escala espacial distinta da que é utilizada pelos mapas que compõem o RTID, cito, como exemplo, os caminhos que interconectam as casas, quintais, terreiros, roças e taperas percorridos e evocados pelos moradores de Pedro Cubas em suas narrativas/histórias. Caminhos nem sempre ganham contornos nos mapas e podem não ser visualizados por imagens de Satélites. No entanto, caminhos são vivenciados por seus habitantes. Não como espaços que conectam os sítios em que se situam suas casas, ou os conduzem de um roçado ao outro. Mas como domínio no qual se adentra, experimenta e aprende. Caminhos conectam seus habitantes entre si, e os conectam aos seus antepassados. Caminhos que os moradores de Pedro Cubas aprenderam a performar, também junto a outros agentes, como forma de garantir direitos e potencializar suas lutas pelo território.

Seguindo estas trilhas, numa escala mais abrangente, a relação entre casa, terreiros e quintais como cristalização de um domínio de relações, em contínua redefinição – também não ganha existência nas peças técnicas. Segundo a taxonomia estatal, os terreiros tanto poderiam ser identificados como uma área de criação de pequenos animais, como um *pomar doméstico*, termos estranhos ao cotidiano de seus moradores. Do mesmo modo, quintais não seriam suficientemente bem definidos como espaços em que se cultivam ervas medicinais. Casas, quintais e terreiros conectam-se por meio da produção da domesticidade, mobilizam um intenso e constante esforço para sua manutenção, esforço também verificado nas relações que neles, e entre eles, se atualizam.

Outro elemento a ser destacado nos mapeamentos estatais é a dinâmica espacial pressuposta nas áreas tomadas como espaços destinados às moradias, entendidas como áreas de uso perene e intensivo. Os croquis de *Uso e Ocupação da Área da Comunidade de Pedro Cubas* acentuam um ordenamento do espaço no qual se atribui ênfase à localização das moradias (e disposição espacial

das famílias), como um modelo de ocupação centrado e sedentarizado na Vila de Santa Catarina. A delimitação das áreas destinadas às moradias ocupadas como espaço físico contínuo e permanente, e a identificação das casas (associadas a um sobrenome) como parâmetro para a espacialização dos núcleos familiares, são pouco condizentes com as lógicas de organização territorial colocadas em funcionamento à medida que os habitantes de Pedro Cubas se deslocam e estabelecem modos de apropriações específicas com sua base territorial. Movimento que conforma e confirma seus vínculos com a terra e com as pessoas.

É comum em Pedro Cubas que algumas famílias possuam mais de uma casa, geralmente nas proximidades de suas roças, onde passam parte da semana. O relatório antropológico traz informação semelhante, mas ela é pouco explorada pelo texto e desconsiderada pelos mapeamentos. Em um pequeno trecho é citado como prática comum entre os moradores de *posses mais retiradas que estes mantivessem casas na Vila, para onde se deslocavam em dias de festas, reuniões ou outros afazeres* (ITESP, 2003, p.14). Esta informação acrescenta elementos à dinâmica de convivência dos habitantes de Pedro Cubas. Talvez, se investigadas, pudessem oferecer uma compreensão das relações que conectam os habitantes de Pedro Cubas ao território, não como espaços funcionais associados a uma concepção econômica que define padrões de *usos da terra* e de seus *recursos naturais*. Unidades estáveis, mensuráveis em termos de distância, mapeáveis como superfície contínua, contígua e uniforme, com seus contornos bem definidos e cores contrastantes. Em vez disso, o território e o movimento dos que nele habitam, conformando domínios descontínuos articulados a diferentes modalidades de relações, com seus contornos (como as curvas sinuosas dos rios e dos caminhos), gradiente de cores e diversidade de métricas (como as durações).

Os mapas das peças técnicas acentuam os elementos visíveis de uma paisagem, como objetos estáveis. Nele a paisagem emerge como totalidade achatada, com igual ênfase aos rios, morros e trilhas. O mundo como é visto do alto. Entretanto, a questão que se delineia aqui não diz respeito apenas a um problema de escala, mas de perspectiva, cujo fundo é epistemológico. Envolve a distinção imaginada entre homem e natureza, como entidades independentes e fragmentadas. O que nos descrevem os moradores de Pedro Cubas, através de seu cotidiano caminhar pelas *trilhas dos antigos*, permite afirmar que o passado não é apenas representado nas genealogias ou nos modelos estáveis de pertencimento, por meio da qual só se compreende o vínculo profundo entre a terra e seus habitantes, como uma totalidade abstrata e englobante, que se revelaria independente das concepções,

práticas, percepções e arranjos observados a partir destes sujeitos. Estas narrativas, trajetórias e lugares conformam e são conformados pelos múltiplos movimentos que marcam as relações e experiências cotidianas vivenciadas pelas pessoas (INGOLD, 2000). Dinâmicas que se recriam no tempo e no espaço, e se atualizam continuamente, à medida que estas pessoas se movem, adquirem e produzem conhecimento. São inúmeros os conjuntos de “linhas e pontos” “continuidades e fronteiras” (POSTIGO, 2010, p.142), que observamos os habitantes de Pedro Cubas tecer à medida que se movem, incessantemente. Estas linhas e pontos são desenhados cotidianamente. Diferente destas “linhas e pontos” desenhados no projeto cotidiano de habitação dos moradores Pedro Cubas, a delimitação do perímetro superpõe outras linhas e pontos ao território, como as linhas limítrofes e os vértices utilizados ao georreferenciamento de um imóvel rural.

Encontros e equívocos

Projetados em diferentes escalas, dispostos sobre a mesa, afixados às paredes ou em suporte digital; mapas - como expressão de um modo de ordenar e compreender o mundo - são artefatos gráficos rotineiros para as lideranças das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira. Colocados ao centro ou à frente de uma sala, onde todos possam vê-los claramente, os mapas são frequentemente o ponto de partida de reuniões, seminários e encontros coordenados por órgãos fundiários, agências governamentais locais e ONGs, dentre uma diversidade de agentes públicos e privados com atuações políticas específicas nesta região. Introduzidos a partir da exigência estatal para abertura dos procedimentos administrativos de regularização fundiária, mapas e cartas são permanentemente confeccionados e mobilizados neste contexto.

Em campo, alguns conflitos decorrentes desse encontro entre conhecimentos locais e lógicas distintas de percepção ambiental e territorial eclodiram. A seguir, descrevo uma das reuniões que participei junto aos moradores de um Remanescente de Quilombo situado no município de Iporanga, e instituições *parceiras*. O encontro ocorreu, em junho de 2013, na Reserva Betary, no município de Iporanga, Vale do Ribeira- SP. Diante dos mapas, quilombolas, agentes-técnicos de ONGs ambientalistas, representantes de movimentos sociais e lideranças quilombolas locais se reuniram com o objetivo de encaminhar mais uma negociação em torno de uma área, desde 2005 reconhecida como “terra tradicionalmente ocupada” por uma comunidade quilombola local, mas cujo processo de regularização foi paralisado em razão do interesse por parte de órgãos ambientais como a Fundação



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Florestal, instituição vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que por meio de seus estudos técnicos, apontava a importância dessa área para o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira⁹ (PETAR).

A disputa por esta área, que se estendeu por décadas, parализando o processo de regularização fundiária da comunidade. Desde então, algumas propostas e tentativas de resolução desse conflito foram encaminhadas pelos órgãos estatais. A reunião a qual estive presente, tratava de uma proposta de redução do território do Remanescente de Quilombo, em troca de seu reconhecimento e titulação. Uma discussão bastante delicada, a qual os órgãos estatais não foram chamados. A reunião organizada pelas instituições e lideranças locais presentes, visava a formulação de uma contraproposta a ser construída pelos habitantes da comunidade¹⁰. A questão para a qual chamo atenção nessa negociação diz respeito ao não entendimento entre os moradores quilombolas e a Fundação Florestal quanto à região designada por Areias. Segundo os dados cartográficos da Fundação Florestal, *Areias* é uma extensa área no interior da área reivindicada pelos quilombolas (24,018 Km²), muito importante para o PETAR devido ao fato de possuir nascentes que abastecem todo o Parque. Para os moradores da Comunidade Quilombola, *Areias* é uma pequena área que acreditam não estar entre os limites de seu território. Quando os técnicos¹¹ da ONG apontaram no mapa a região que a Fundação Florestal diz chamar *Areias*, os moradores locais aproximaram-se do mapa e disseram que aquela área não era *Areias*, mas *Córrego Grande*. A área por eles conhecida por *Areias* era outra. Transcrevo abaixo um trecho da discussão em que os moradores são instados a formular os argumentos para o documento/proposta que se construiria:

Morador J: A comunidade não conhece Córrego Grande por Areia, a comunidade não concorda. Queremos o reconhecimento, mas colocaram outra coisa na frente.

Representante de uma Entidade local: Não tem casas nessa área. Qual a solução que vocês

⁹ Essa controvérsia foi um dos temas debatidos no “Workshop Políticas de Reconhecimento e Sobreposições Territoriais”, realizado em maio de 2013, na UNICAMP.

¹⁰ A paralização do processo de regularização fundiária contribuiu para o agravamento de um quadro de violência e expulsão das famílias de seu território. A comunidade está situada em uma região isolada do Vale do Ribeira. Não dispõem de infraestrutura básica como eletricidade e saneamento básico. Tampouco escolas ou rede de saúde próxima. O seu mais grave problema, no entanto, é à pressão fundiária e a violência praticada por fazendeiros da região.

¹¹ É recorrente entre as lideranças quilombolas do Vale do Ribeira a palavra *parceiros*, para designar os técnicos de ONGs e órgãos estatais dentre outras instituições que atuam na região. Esse termo parece ter sido difundido, num primeiro momento, entre as próprias instituições estatais e ONGs que trabalham com estes coletivos. Não observei o uso desse termo fora do contexto das reuniões.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

pretendem dar para essa situação? A água que vem para o Parque sai daquela área [Córrego Grande]. Por que essa área é importante para a comunidade? Qual o uso que a comunidade faz? Precisamos atualizar o argumento do RTC [Relatório Antropológico] para continuar os caminhos do processo de negociação.

Morador P: Quais dos parceiros são a favor que não se corte a área? Essa área é muito importante para trabalhar com turista. Área sagrada pra comunidade. Não pode fazer roça nessa área, tem que preservar. É histórico, ninguém da comunidade quer mexer. Uma parte dessa água desce para a comunidade, lá tem um caminho dos antigos, fonte de comunicação com Porto Velho [um Remanescente de Quilombo próximo].

Técnico ONG: Mas por que é Sagrado?

Morador P: É patrimônio sagrado, tem vestígio dos antigos lá, há 150 anos meus avós moraram lá. Rufino morava lá. Será que só Parque pode preservar, a gente de cá não pode preservar?

Técnico ONG: Mas vocês têm que ter mais argumentos para convencer a Fundação Florestal de que esta área é importante para vocês.

Morador P: É tão bonito o mato que até a onça vem passear. Ouro, pra quem gosta de ouro, lá tem também. Têm caças que só vão pra lá, assustadas com o barulho das pessoas. O caminho para Cangume [Remanescente de Quilombo próximo] também é por ali. Fazenda do Furquim... . A fazenda do Furquim também é de antigos, mas está com rolo com empresas. Nós vamos preservar, ninguém vai mexer. Tem mexeriqueira, jabuticabeira, vestígio de roça. Pedro trabalha lá.

Técnico ONG: No futuro, como pensam em usar?

Morador J: Espalhar família que for crescendo. Tem água limpa, cachoeira...

Técnico ONG: Explorar turisticamente as cavernas, pesquisa, manter as passagens para outras comunidades, remédios.

Morador J: Lazer para nossos familiares. Família que está fora, chamar para voltar. Nossas famílias foram muito sofredoras, a gente quer que eles voltem. Bastante parente, a família nossa. Bastante família. É que com a situação difícil, eles foram embora.

Técnico ONG: Dentro da Fundação Florestal há pessoas que querem dar apenas esse pedaço para a comunidade, outras não. É uma briga lá dentro também.

O desfecho dessa reunião resultou numa proposta da ONG para que a comunidade optasse por



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

se tornar uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), uma categoria de Unidade de Conservação (UC) em que o proprietário, no caso a Associação, por vontade própria, se compromete a conservar a área e garantir sua proteção. Esta opção é bastante complexa, pois uma vez criada, a decisão não poderia ser revertida. Outras reuniões se seguiram. Essa extensa área conhecida por Areias pelo Estado e por Córrego Grande por seus habitantes será incorporada ao PETAR. Quando perguntei a um dos “parceiros” envolvidos nas negociações, sobre o desfecho desse processo, ele explicou-me que aquela foi a solução encontrada, tendo em vista a urgência da retomada do processo de reconhecimento territorial da comunidade. Nesta conversa, meu interlocutor cita outros casos em que lugares importantes para as comunidades foram deixados de fora território demarcado. A seguir, transcrevo esse diálogo:

Foi uma decisão que a associação tomou, ou foi pressionada a tomar, na época do reconhecimento pra acelerar o processo. São negociações que se fazem. Contanto que a comunidade esteja ciente do que faz. É grave porque a comunidade está minguando por falta da titulação. E aí eles vão fazer o quê? Deixar a briga se arrastar por mais 10 anos? É a maior insegurança territorial, falta de estrada, comunidade brigando entre si, alcoolismo tomando conta... Lógico que o ideal seria eles terem o território inteiro, mas são negociações que se faz dentro do possível. A Comunidade [Quilombola de Iporanga] abriu mão de Areias depois de uma mudança de direção da Fundação Florestal que endureceu a negociação. A titulação separada de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima traz vários problemas para eles hoje, mas será que valeria a pena ter esperado também? Pedro Cubas tinha disputa de terra violenta... Eu acho que o importante, nesses casos, é a comunidade estar bem informada pra enfrentar essas negociações. Inventariando os lugares das comunidades a gente vê isso mesmo que não sejam só nesse campo do sagrado, como as toponímias, as histórias que todos conhecem mesmo que em versões diferentes e dão sentido àquele território. Geralmente essas demarcações são feitas em campo, tanto com o antropólogo quanto com os cartógrafos não sei. Sei de casos onde há conflitos. Em Pilões, por exemplo, um morro usado na celebração de santa cruz ficou fora por ser área particular, portanto mais difícil de conseguir. Esse assunto surgiu em uma das reuniões em que eles colocaram o morro do cruzeiro como um dos lugares do inventário e muitas pessoas na reunião não sabiam, ficaram até surpresas que ele estava fora do território. Na cabeça deles, estava dentro. Aí as pessoas que estiveram envolvidas tanto politicamente, como de corpo presente, na demarcação, tiveram que explicar ali o que tinha acontecido. Mas eles continuam usando o morro. Fui numa celebração de santa cruz lá. Acho que talvez uma das coisas mais graves nessa história de Pilões seja algumas pessoas da comunidade não estarem cientes do seu território legalmente reconhecido. Não saberem que houve essa negociação. E isso pode ter se dado por uma série de motivos, pois



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

é ali entre eles ficou aquele clima de sempre, associados reclamando, associação reclamando que associados não participam, o de sempre. Mas Pilões está titulada faz um tempão e continua usando o morro da mesma forma que usava antes (Técnico da ONG).

As controvérsias aqui apresentadas, os desacordo que marcam a negociação de uma área de ocupação histórica do território do Remanescente de Quilombo de Iporanga, bem como a descoberta por parte dos habitantes de Pilões de um morro que havia ficado de fora da área delimitada pelos órgãos fundiários; demonstram os equívocos subjacentes às políticas de ordenamento territorial conduzidas pelo Estado. Como a não correspondência entre a perspectiva territorial e ambiental estatal e a dinâmica de relações que o grupo local estabelece com os lugares que habitam e mundo que vivenciam. O esforço de descrição desse encontro entre diferentes e tensionadas perspectivas coloca a importância de discussões que problematizem os procedimentos de regularização fundiária para além dos termos e critérios de elegibilidade e categorias jurídicas que definem o direito a terra. Entretanto, é importante insistir, não se trata de elaborar uma crítica à racionalidade estatal ou ao aparato documental e técnico que caracteriza o processo de regularização territorial, justamente porque esse movimento torna um território quilombola, assim como sua gente, visível ao Estado. O que estes coletivos quilombolas com os quais trabalhei nos ensinam é que o modo como experimentam a vida, produzem conhecimentos e mapeiam o mundo nessas localidades pode ser muito distinto daquele experimentado pela razão estatal, e que sendo distintos, é na interpenetração constante entre esses modos de compor o mundo que os direitos territoriais quilombolas são garantidos.

Referências Bibliográficas

BERGSON, Henri. O pensamento e o movente. [1934] Trad. de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRIGHTMAN, Marc. Maps and clocks in Amazonia: the things of conversion and conservation. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. Volume 18, Issue 3, pages 554–571, 2012.

CARDOSO, Thiago Mota. *Malhas cartográficas técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas*. 2013. Disponível em: <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1219> Acesso em: 12 de julho de 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

ESCOBAR, Arturo. O Lugar da Natureza e a Natureza do lugar: Globalização ou Pós-Desenvolvimento. In: Lander, Edgardo. (Org.). A Colonialidade do Saber. Eurocentrismos e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FUNDAÇÃO ITESP. Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas. São Paulo. 1998b e Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas de Cima, São Paulo. 2003.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidade? In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. ISA, 2004.

INCRA. INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 57, Brasília, 2009.

INGOLD, Tim. To Journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation. In. The Perception of the environment: Essays livelihood, dwelling and Skill. Londres: Routledge, 2000, p. 219-242.

_____. Being alive: essays on movement, knowledge and description. London and New York: Routledge's Taylor & Francis Group, 2011.

MORAWSKA VIANNA, *A trilha dos papéis da usina Hidrelétrica de Belo Monte: Tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados*. Revista Antropológicas, v.25, p.22-40, 2014^a.

POSTIGO, Augusto. *A Terra Vista do Alto. Usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. (Tese Doutorado) UNICAMP, 2010.

SANTOS, Alessandra R. *Nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer. Uma etnografia das práticas de caminhar, conhecer e mapear entre os habitantes de Pedro Cubas, um Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira*. 122f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

STRATHERN, Marilyn. *Partial Connections*. Lanham: AltaMira Press, 2005. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectival Anthropology and the method of controlled equivocation*. Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America, 2004.